

SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho de Guarulhos

CNPJ nº 61.699.567/0052-32
Nota da Administração



Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o Parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o Relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: SPDM - Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho de Guarulhos.

Relatório da Administração
Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25 inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2014 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26/06/1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local

e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma empresa filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. O Conselho Fiscal é responsável pela análise de balanços. Conta também com a avaliação permanente da auditoria independente. Compete ao seu Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas pela SPDM. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multi-

profissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. São Paulo, 28 de Fevereiro de 2015. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Balanços Patrimoniais - Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais		
	2014	2013
ATIVO		
Ativo circulante	172.207.876,06	0,00
Caixa e equivalentes de caixa	8.239.543,26	0,00
Bancos conta movimento (nota 4.1)	67.805,97	0,00
Aplicações financeiras (nota 4.2)	8.171.737,29	0,00
Contas a receber (nota 4.3)	162.180.467,29	0,00
Valores a receber - Secretaria Estado da Saúde - Hospital Geral de Guarulhos (nota 4.3.1)	156.228.000,00	0,00
Valores em negociação - Contrato/convênio (nota 4.3.2)	5.952.467,29	0,00
Outros créditos (nota 4.4)	750.428,15	0,00
Adiantamentos a fornecedores (nota 4.4.1)	140.244,93	0,00
Antecipação de férias (nota 4.4.2)	610.183,22	0,00
Estoques	1.037.437,36	0,00
Estoque de material e medicamentos (nota 4.5)	1.037.437,36	0,00
Ativo não circulante	608.137.239,06	0,00
Ativo realizável a longo prazo	598.874.000,00	0,00
Valores a receber (nota 4.6)	598.874.000,00	0,00
Ativo imobilizado - bens de terceiros - Bens Móveis	9.263.239,06	0,00
Bens de terceiros HGG (nota 5)	9.263.799,48	0,00
Ajuste vida útil - bens de terceiros - Hospital Geral de Guarulhos (nota 5)	(560,42)	0,00
Total do ativo	780.345.115,12	0,00

Passivo		
	2014	2013
Passivo circulante	172.207.876,06	0,00
Fornecedores (nota 6)	1.928.926,18	0,00
Serviços de terceiros pessoa física/jurídica (nota 6.1)	567.260,12	0,00
Salários a pagar (nota 6.2)	4.882.133,44	0,00
Contribuições a recolher (nota 6.3)	1.231.430,94	0,00
Provisão de férias (nota 6.4)	6.988.656,24	0,00
Provisão de FGTS sobre férias (nota 6.4)	558.667,80	0,00
Impostos a recolher (nota 6.6)	1.546.154,38	0,00
Obrigações tributárias (nota 6.7)	113.456,83	0,00
Outras contas a pagar (nota 6.8)	1.971.324,14	0,00
Materiais de terceiros em nosso poder (nota 6.8.1)	44.455,30	0,00
Outros valores de terceiros	9.351,73	0,00
Convênios/contratos públicos a realizar (nota 6.9)	152.366.058,96	0,00
Passivo não circulante	608.137.239,06	0,00
Obrigações - bens móveis de terceiros (nota 5)	67.250,00	0,00
Ajustes vida útil econômica (nota 5)	(560,42)	0,00
Convênios/contratos públicos a realizar	598.874.000,00	0,00
Bens em processo de transferência (nota 5)	9.196.549,48	0,00
Total do passivo	780.345.115,12	0,00
Patrimônio líquido		
Total do passivo e do patrimônio líquido	780.345.115,12	0,00

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Valores em Reais						
Descrição	Nota	Patrimônio		Superávit/Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do Exercício	Total
		social	Reavaliação			
Saldo 31/12/2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social						
Transferência de Patrimônio						
Realização da Reserva de Reavaliação						
Ajustes de Exercícios Anteriores						
Ajuste de Avaliação Patrimonial			0,00			0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício					0,00	0,00
Saldo 31/12/2014		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incorporação ao Patrimônio Social						
Transferência de Patrimônio						
Realização da Reserva de Reavaliação						
Ajustes de Exercícios Anteriores						
Ajuste de Avaliação Patrimonial			0,00			0,00
Superávit/(Déficit) do Exercício	9				0,00	0,00
Saldo 31/12/2014		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2014 e 2013

1. Contexto Operacional: A Entidade, **SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina** é uma Associação civil sem fins lucrativos, de natureza filantrópica, reconhecida de utilidade pública federal, estadual e municipal, respectivamente pelos decretos nºs 57.925, de 04/03/1966, 40.103 de 17/05/1962 e 8.911, de 30/07/1970. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM é uma instituição filantrópica, que busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa e na alta competência de seus colaboradores. Fundada em 1933, atualmente é dirigida por um Conselho Administrativo, eleito pela Assembleia de Associados e tem, hoje, como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. Dentre seus objetivos, a SPDM prevê em seu Estatuto Social (Capítulo II, Artigo 4º, Inciso IV): Contribuir para o estabelecimento de políticas públicas e programas visando garantir a universalidade e as oportunidades de acesso à saúde, necessárias ao desenvolvimento humano e social do cidadão, podendo firmar convênios, contratos, parcerias e demais instrumentos jurídicos com outras instituições de natureza pública e/ou privada, nacional e/ou internacional, de ensino, pesquisa e/ou assistência à saúde; Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo sistema único de saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. **1.1. Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar de Carvalho Pinto Filho de Guarulhos foi inaugurado em 14.04.2000, é referência em atendimentos de cirurgia geral, anestesiologia, cirurgia pediátrica, cirurgia plástica, cirurgia vascular, clínica médica, endoscopia, ginecologia/obstetrícia, hematologia/hemoterapia, infectologia, medicina do trabalho, medicina intensiva, neurocirurgia, ortopedia/traumatologia, UTI adulto/neonatal/pediátrica, unidade de neonatologia, patologia clínica/medicina laboratorial, pediatria, radiologia/diagnóstico por imagem, fisioterapia, urologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e pronto socorro adulto, infantil emergência e consultas de oncologia. Atualmente, conta com uma área construída de 23.690 m², 9 andares, com 299 leitos. Em 2014 a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina venceu o processo de convocação pública, como organização social de saúde qualificada para o gerenciamento do Hospital Geral de Guarulhos. Em 20.11.2014 a SPDM e a SES firmou contrato de gestão Processo nº 001.0500.000058/2014, o presente Contrato de Gestão tem por objeto a operacionalização da gestão e execução, pela Contratada, das atividades e serviços de saúde no Hospital Geral "Professor Dr. Waldemar de Carvalho Pinto Filho" de Guarulhos, em conformidade com os anexos que integram aquele instrumento. O Contrato de Gestão possui prazo de 5 anos com vigência de 20.11.2014 a 20.11.2019, com valor global estimado de R\$ 774.585.802,00, do montante global mencionado serão repassados recursos de Custeio R\$ 156.228.000,00 e 1.507.330,00 refere-se a recursos financeiros de Investimento. Para o período de gestão compreendido entre 20.11 a 31.12.14 a SES disponibilizou para a SPDM o montante de R\$ 19.483.802,00, sendo R\$ 4.164.802,00 para o período 20.11 a 30.11 e R\$ 15.319.000,00 para o mês de dez/14. **1.2. Nota Específica sobre o Processo de Transição da Unidade:** Em 07.11.2014 nas dependências da CGCSS - Coordenadoria de Gestão de Contratos de Serviços de Saúde, foi realizada a primeira reunião de transição do gerenciamento do Hospital Geral Professor Waldemar de Carvalho Pinto Filho de Guarulhos, onde foram definidas as ações envolvendo o cronograma de trabalho e as diretrizes para as áreas de patrimônio, recursos humanos, contas a pagar, contratos com terceiros, estoques, estrutura física e outros. Cabe destacar, que ficou definido entre as partes SPDM e SES, algumas prioridades: i) Recursos Humanos: a SPDM assumiu a subrogação dos colaboradores celetistas, a partir do dia 20.11.2014, incluindo todo o passivo trabalhista garantido por lei. A entidade antecessora deveria fornecer à SPDM todos os documentos funcionais e relatórios de décimo terceiro para que os compromissos pudessem ser assumidos; ii) Patrimônio: ficou definido que a SES iria fornecer o termo de permissão de uso dos bens móveis e imóveis à SPDM, em momento oportuno; iii) Estoques: a SPDM assumiria os estoques e sua respectiva contagem em 19.11.2014. Após o início das atividades sob gestão da SPDM, a instituição passou a assumir os controles internos existentes, de maneira a constatar que os recursos tecnológicos e infraestrutura de pessoal, processos e sistemas estavam prejudicados. Para o processamento da folha de pagamento, décimo terceiro salário, encargos trabalhistas e relatórios de provisão de férias a SPDM tornou-se dependente de informações contidas no banco de dados da entidade antecessora, de modo, que todos os saldos registrados e mensurados até

31.12.2014 foram devidamente processados pela entidade antecessora, e assim devidamente contabilizados em nossos registros. O patrimônio existente no HGG, na data de transição, controlados e registrados no próprio sistema de controle de patrimônio da SES, foi totalmente absorvido pela SPDM pelo valor histórico até 31.12.2014; e suas aquisições controladas e registradas pela SPDM, até que os trabalhos de inventário físico, ainda em andamento, sejam finalizados pela entidade SES. Os estoques existentes na data de transição, foram devidamente inventariados pela SPDM em sistema informatizado próprio da instituição, e representaram **R\$ 920.624,48** de modo que os valores contabilizados pela SPDM representam aqueles contidos no sistema de suprimentos do HGG. O custo médio existente no controle interno da entidade antecessora foi integralmente assumido pela SPDM, até que todo o estoque fosse internamente absorvido pelo consumo da unidade. Em decorrência da incompatibilidade dos sistemas de gestão de ambas as entidades, seus códigos e procedimentos internos apresentarem inconsistências, a SPDM passou a controlar de maneira unificada a aquisição e consumo dos itens pertencentes ao estoque, de modo que o consumo da unidade gerenciada pode ser estimado pela própria instituição e devidamente movimentado através de sistema de requisição interna de material, até que o processo de implantação do sistema de suprimentos, em andamento durante o encerramento do exercício, fosse concluído e suas baixas automaticamente processadas. **2. Imunidade Tributária:** A SPDM enquadra-se no conceito de imunidade tributária disposta no Artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05.10.1988. **2.1. Requisitos para imunidade tributária:** Conforme determinação constitucional deverá a lei complementar, pois somente ela tem o condão de regulamentar matéria relativa à imunidade tributária, estabelecer requisitos necessários ao gozo da referida benesse, os quais se encontram devidamente dispostos no artigo 14 do Código Tributário Nacional. Do mesmo modo, o cumprimento de tais requisitos está previsto no Estatuto Social da Entidade e pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (artigo 5º do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (Artigo 5º do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão os quais elaborados pelo Conselho Administrativo (Artigo 25 XIX e Artigo 56 § único), são submetidos à aprovação pelo Conselho Fiscal (Artigo 46 I) e Assembleia Geral dos Associados (Artigo 19 V do Estatuto Social). **2.2. Isenção Tributária e característica da isenção:** A SPDM também se enquadra no conceito de isenção das Contribuições Sociais, nos termos da lei, por constituir-se em instituição privada, sem fins lucrativos e econômicos, que atua na área da saúde, conforme previsto nos artigos 12 e 15 da Lei nº 9.532/97, combinados com o artigo 1º da Lei nº 12.101/09, alterada pela Lei 12.868/14 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14, reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (isenta), apresentando as seguintes características: • a Instituição é regida por legislação infraconstitucional; • a Isenção pode ser revogada a qualquer tempo, no caso do descumprimento das situações previstas em Lei (contra-partida); • existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo; • há o direito do Governo de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido, em razão do cumprimento das disposições legais. **2.3. Requisitos para manutenção da Isenção tributária:** A Lei 12.101 de 27.11.2009 alterada pela Lei 12.868/14 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14 estabelece em seu Artigo 29 e incisos que a entidade beneficiária certificada como filantrópica e de assistência social, na forma do Capítulo II, fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 da Lei nº 8.212, de 24.07.1991, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I. não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou beneficiários, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos; II. aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais; III. apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; IV. mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade; V. não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto; VI. conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial; VII. cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;

Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Valores em Reais		
	2014	2013
Receita bruta de serviços prestados com restrições	24.853.073,04	0,00
Secretaria de Saúde do Estado (nota 7.4)	24.853.073,04	0,00
(=) Receita líquida de serviços prestados com restrições	24.853.073,04	0,00
(+) Outras receitas com restrições - afiliadas	5.480.694,72	0,00
Outras receitas	435,00	0,00
Descontos Recebidos	900,00	0,00
Doações Recebidas em Bens e Mercadorias (Nota 7.6)	920.624,48	0,00
Rendimentos sobre aplicações Financeiras	76.416,65	0,00
Isenção usufruída - INSS serviços Próprios (Nota 11.1)	3.736.726,40	0,00
Isenção usufruída - INSS serviços Terceiros (Nota 11.2)	0,00	0,00
Isenção usufruída - COFINS (Nota 11.3)	745.592,19	0,00
(=) Receita líquida com restrições	30.333.767,76	0,00
(-) Custos dos serviços prestados com restrições (nota 7.5)	3.200.266,88	0,00
(-) Serviços - terceiros pessoa jurídica	1.316.515,68	0,00
(-) Manutenção e conservação	154.039,70	0,00
(-) Mercadorias	1.729.600,67	0,00
(=) Superávit/déficit bruto com restrições	27.133.500,88	0,00
(-) Despesas operacionais com restrições (nota 7.5)	22.651.182,29	0,00
(-) Serviços - pessoal próprio	19.426.025,28	0,00
(-) Serviços - terceiros pessoa física	0,00	0,00
(-) Serviços - terceiros pessoa jurídica	1.989.592,44	0,00
(-) Manutenção e conservação	424.007,00	0,00
(-) Mercadorias	809.914,83	0,00
(-) Financeiras	1.753,57	0,00
(-) Tributos	0,00	0,00
(-) Outras despesas com restrições - afiliadas	4.482.318,59	0,00
(-) Isenção usufruída - INSS serviços Próprios (nota 11.1)	3.736.726,40	0,00
(-) Isenção usufruída - INSS serviços Terceiros (nota 11.2)	0,00	0,00
(-) Isenção usufruída - Cofins (nota 11.3)	745.592,19	0,00
(-) Trabalho voluntário (nota 12)	0,00	0,00
(-) Outras despesas	0,00	0,00
(=) Superávit/déficit do exercício com restrições	0,00	0,00

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Valores em Reais		
	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultados do exercício/período	0,00	0,00
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	0,00	0,00
Resultado na venda de ativos permanentes	0,00	0,00
Ajuste nas contas patrimoniais	0,00	0,00
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução em contas a receber	(761.804.895,44)	0,00
(Aumento) redução em estoques	(992.982,06)	0,00
Aumento (redução) em fornecedores	2.493.178,35	0,00
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	768.544.242,41	0,00
Aumento (redução) de bens de terceiros	9.263.239,06	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	17.502.782,32	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
(-) Compras de imobilizado	0,00	0,00
(-) Adição de bens de terceiros	(9.263.239,06)	0,00
(-) Adição de bens intangíveis	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos	(9.263.239,06)	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos tomados	0,00	0,00
(-) Pagamentos de empréstimos/debêntures	0,00	0,00
Juros pagos por empréstimos	0,00	0,00
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	0,00	0,00
Aumento (redução) nas disponibilidades	8.239.543,26	0,00
No início do período	0,00	0,00
No final do período	8.239.543,26	0,00

Demonstração do Valor Adicionado - Valores em Reais		
	2014	2013
1 - Receitas	30.257.351,11	0,00
1.1) Prestação de serviços	24.853.073,04	0,00
1.2) Subvenções e outras receitas operacionais	0,00	0,00
1.3) Outras Receitas (-) Receitas Anuladas do Exercício Anterior	921.959,48	0,00
1.4) Isenção usufruída sobre contribuições	4.482.318,59	0,00
1.5) Trabalho Voluntário	0,00	0,00
2 - Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	6.280.475,90	0,00
2.1) Matérias-primas consumidas	1.332,08	0,00
2.2) Custo das mercadorias utilizadas nas prestações	2.538.183,42	0,00
2.3) Serviço de terceiros e outros	3.740.960,40	0,00
2.4) Perda/Recuperação de valores ativos	0,00	0,00
3 - Valor adicionado bruto (1-2)	23.976.875,21	0,00
4 - Retenções	0,00	0,00
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	0,00	0,00
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)	23.976.875,21	0,00
6 - Valor adicionado recebido em transferência	76.416,65	0,00
6.1) Receitas financeiras	76.416,65	0,00
7 - Valor adicionado total (5+6)	24.053.291,86	0,00
8 - Distribuição do valor adicionado	24.053.291,86	0,00
8.1) Pessoal e encargos	19.426.025,28	0,00
8.2) Impostos, taxas e contribuições	0,00	0,00
8.3) Juros	1.753,57	0,00
8.4) Aluguéis	143.194,42	0,00
8.5) Isenção usufruída sobre contribuições	4.482.318,59	0,00
8.6) Trabalho Voluntário	0,00	0,00
8.6) Lucros retidos / prejuízo do exercício	0,00	0,00

VIII. apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006. Em outubro de 2013 a Lei 12.868 trouxe alterações ao Artigo 29 estabelecendo em 3 novos parágrafo que: § 1º A exigência a que se refere o inciso I do caput não impede I. a remuneração aos diretores não estatutários que tenham vínculo empregatício; II. a remuneração aos dirigentes estatutários, desde que recebam remuneração inferior, em seu valor bruto, a 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo

3. Apresenções das Demonstrações Contábeis: Na elaboração das demonstrações financeiras a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **3.1. Razão Social da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho de Guarulhos;** Alameda dos Lírios, 200 - Parque CECAP - Guarulhos - SP - CEP 07190-012CNPJ nº 61.699.567/0052-32. **3.2. Formalidade da escrituração contábil - resolução 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **4. Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas com base no Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, correlacionadas à Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e levam em consideração os pressupostos e conceitos básicos da contabilidade, como: o regime de competência, continuidade, relevância, materialidade, confiabilidade e primazia da essência sobre a forma. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a resolução 1.409/12 (ITG 2002). **4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC Nº 1.296/10 (NBC -TG 03) - Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC -TG 26) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 dias e, que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. **31.12.2014-R\$ 31.12.2013-R\$**

Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa %	31/12/2014	31/12/2013
Banco do Brasil	CDB	0,9464%	8.071.708,60	0
Bradesco	CDB	0,0287%	100.028,69	0
Total			8.171.737,29	0

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem que a qualquer momento sem a perda dos juros transcorridos, possa-se resgatar o valor integral informado no extrato. **4.3. Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07), e conforme resolução 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **4.3.1. Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta correspondem/representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000058/2014, proveniente da SES. Em 31.12.2014 os valores a receber da SES totalizaram R\$ 156.228.000,00. **4.3.2. Valores em Negociação Contrato/Convênio:** Representam outros valores a receber, relacionados a atividade principal da unidade gerenciada, correspondente a valores resultantes do resultado orçamentário da instituição. Por conta da Resolução CFC 1.305 (ITG), será restituído ou compensado pelo órgão concedente até o final do contrato, afim de contribuir com o equilíbrio financeiro da instituição. **4.4. Outros Créditos:** Representam valores e outras contas a receber, normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **4.4.1. Adiantamento a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamento a fornecedores, compreendem adiantamento realizados a fornecedores de benefícios como visa-vale alimentação, antecipados no mês corrente, para utilização no mês subsequente no valor de R\$ 140.244,93. **4.4.2. Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seu artigo, Artigo 145, O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido no Artigo 143 serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **4.5. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor total escriturado em estoques no exercício de 2014 é de R\$ 1.037.437,36.

Tipo	31.12.2014	31.12.2013
Materiais utilizados no setor de Nutrição	76.796,97	0,00
Materiais utilizados no setor de Farmácia	275.508,86	0,00
Materiais de Almoxarifado	685.131,53	0,00
Total	1.037.437,36	0,00

4.5.1. Valores a Receber SES (Ativo Não Circulante): Em 2014, a instituição reconheceu a necessidade de registrar seu contrato/convênio em período integral (5) anos, gerando contas a receber de longo prazo. Dessa forma, a instituição entende que de acordo com a resolução 1.151/09, tal apropriação no ativo não circulante teria como contrapartida um passivo não circulante, que deverá se realizar até o final do contrato/convênio. A contrapartida em conta de resultado (receita) ocorre somente no momento da realização dos custos e despesas inerente ao contrato/convênio relacionado. Portanto, a apropriação de valores a receber (de longo prazo) no montante de R\$ 598.874.000,00 não contempla os critérios de Ajuste a Valor Presente. **5. Imobilizado:** Os bens adquiridos após o período de transição, com recursos do contrato de gestão, serão contabilizados conforme legislação atual, e serão apropriados para determinação da vida útil estimada. O valor dos bens adquiridos com recursos do contrato de gestão no ano de 2014 totalizaram R\$ 67.250,00. O imobilizado do HGG é composto por bens de terceiros assumidos pela SPDM na data de transição da unidade, e serão mantidos por força de termo de permissão de uso fornecido pela SES. O valor dos bens de terceiros assumido pela SPDM, na data de transição da unidade, totalizou R\$ 9.196.549,48 e representam basicamente equipamentos médico-hospitalares, equipamentos de informática e veículos com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. Os ativos passaram a estar distribuídos da seguinte forma:

Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 31 de dezembro de 2014

Imobilizado - Bens de Terceiros	Posição em 31/12/2013	Aquisição	Baixa	Posição em 31/12/2014
Bens Móveis	9.196.549,48	67.250,000	-	9.263.799,48
Aparelho Equipamento Utensílio Médico Odontológico Laboratório	0,00	0,00	-	0,00
Equipamento Processamento de Dados	0,00	0,00	-	0,00
Mobiliário em Geral	0,00	48.500,00	-	48.500,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	0,00	17.600,000	-	17.600,00
Máquinas Utensílios de Natureza Industrial	0,00	1.150,00	-	1.150,00
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	0,00	0,00	-	0,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	0,00	0,00	-	0,00
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	0,00	0,00	-	0,00
Demonstrativo da Movimentação do Ajuste em 31 de dezembro em 2014	Posição em 31/12/2013	Ajustes no Exercício	Posição em 31/12/2014	Taxas anuais médias Ajustes %
Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros	0,00	- 560,42	560,42	
Bens Móveis	0,00	- 0,00	0,00	10%
Aparelho Equipamento Utensílio Médeico Odontológico Laboratório	0,00	- 0,00	0,00	10%
Equipamento Processamento de Dados	0,00	- 0,00	0,00	10%
Mobiliário em Geral	0,00	- 404,17	404,17	10%
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	0,00	- 146,67	146,67	10%
Máquinas Utensílios de Natureza Industrial	0,00	- 9,58	9,58	10%
Aparelhos e Equipamentos Comunicação	0,00	- 0,00	0,00	10%
Aparelhos e Utensílios Domésticos	0,00	- 0,00	0,00	10%
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	0,00	- 0,00	0,00	10%

6. Fornecedores: As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **6.1. Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: como limpeza, conservação, recepção, vigilância, manutenção, transporte remoção, assessoria em informática, esterilização, dedetização, locação de equipamentos e lavanderia. **6.2. Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **6.3. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. Cujo os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente INSS até o dia 20 do mês subsequente, FGTS até o dia 07 do mês subsequente e PIS até o dia 25 do mês subsequente dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **6.4. Provisão de Férias e Encargos:** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. **Descrição**

	31/12/2014	31/12/2013
Provisão de Férias	6.988.656,24	0,00
Provisão de FGTS sobre Férias	558.667,80	0,00

6.5. Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço. **6.6. Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT. Cujo os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 do mês subsequente, dos quais caso este dia caia em dia não útil, este é antecipado para o dia útil anterior a data limite. **6.7. Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do Artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada. **6.8. Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar, referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **6.8.1. Materiais de Terceiros em Nosso Poder:** Representam valores relativos a materiais recebidos de terceiros em nosso poder. Em 31.12.2014 esses valores totalizaram R\$ 44.455,30. **6.9. Convênios/Contratos públicos a Realizar (Passivo Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/09 (Aprova a NBC TG 07) e Resolução 1.409/12 (que aprova a ITG 2002), a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no contrato de gestão nº 001.0500.000058/2014 com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade fim. O saldo a realizar em 31.12.2014 representa R\$ 152.366.058,96 de curto prazo e R\$ 598.874.000,00 de longo prazo, a serem realizados nos respectivos exercícios, até o final do contrato. **7. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **7.1. Contingências Ativas e Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15.09.2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. O HGG possui assessoria jurídica para acompanhamento das ações trabalhistas, cível e administrativas. Em 31.12.2014 a instituição não possuía contingências ativas e passivas. **7.2. Apuração do Resultado:** O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados, respeitando-se o estabelecido na Resolução CFC 1305/10 (NBC TG 07) no que se refere ao reconhecimento de receitas de assistências governamentais. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado. **7.3. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes de recebimento, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **7.4. Das Receitas Operacionais:** As receitas operacionais da Entidade são constituídas de valores aplicados diretamente pela Entidade para os quais o uso é restrito, representados pelos Contratos de Gestão, Convênios Públicos e outros tipos de Assistências Governamentais recebidas. **7.5. Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e foram

classificados de acordo com a estrutura do sistema de custos da SPDM. **7.6. Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2014 a Instituição recebeu em doações um total de R\$ 920.624,48. (Vide nota específica 1.2). **7.7. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2014, a Associação recebeu Assistências Governamentais Federais, Estaduais e Municipais conforme quadro abaixo: **CNPJ nº 61.699.567.0052-32: Convênios/Contratos - R\$: Contrato 001.0500.000058/2014 - 20.991.132,00 - X. 8. Patrimônio Líquido:** O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15^a), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, à contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". **9. Resultado Do Exercício:** Em virtude da aplicação da Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado. Caso houvesse, superávit ou déficit ou ainda parte deles que tivesse restrição para aplicação, estaria reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido, o que não ocorre. A instituição apurou em 2014 entrada de repasses no montante de R\$ 21.989.508,13 e seus recursos foram diretamente aplicados na atividade operacional/assistencial da unidade gerenciada, correspondente a R\$ 25.851.449,17, considerando custos e despesas operacionais no mesmo período. Dessa forma, se houvesse apuração de déficit ou superávit do exercício, a instituição encerraria o exercício com um resultado deficitário de (R\$-3.861.941,04). Esse desequilíbrio financeiro pode estar associado à demanda de atendimento dos serviços de saúde, políticas de gestão ou pela ausência de recursos financeiros para a manutenção do custeio da unidade, variáveis influentes no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato/convênio. **10. Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 1.970 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade com o estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27 de Novembro de 2009 alterada pela Lei 12.868/14 regulamentada pelo Decreto 8.242/14, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIHA). De acordo com o Artigo 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2014, na gestão SPDM que compreende o período de 20.11.2014 a 31.12.2014, o Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho Guarulhos, apresentou a seguinte produção:

Tipo de Atendimento	Total
Número de Consultas Ambulatório	2.954
Número de Consultas PA	7.918
Hospital Dia / Cirurgia Ambulatorial	68
SADT Externo	2.229
Número de Internações	1.536
Pacientes-dia	12.445

11. Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009 alterada pela Lei 12.868/13 e regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e a portaria 1.970 de 16/08/2011 do Ministro da Saúde, a Instituição encontra-se certificada junto ao CEBAS SAÚDE conforme processo nº 25000.055160/2010-05 fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais. Em 22.06.2012, a Entidade protocolou junto ao MS seu pedido de renovação do certificado o qual aguarda deferimento através do processo nº 25000.106245/2012-12. Os montantes das isenções usufruídas durante o ano exercício se encontram registrados em contas específicas de receitas e totalizam R\$ 4.482.318,59. **11.1. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 11, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu ano exercício de 2014, da isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica montada em R\$ 3.736.726,40. **11.2. Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** A Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal incide também sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros pessoa física. Tal isenção se encontra registrada em conta específica de receitas, sendo que no exercício de 2014 não apuramos valores desta natureza. **11.3. Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2014 foi de R\$ 745.592,19. **12. Trabalho Voluntário:** Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. No ano de 2014, a entidade entendeu por bem não mensurar as atividades relacionadas ao trabalho voluntário. **13. Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC Nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não-circulante) pois os demais não se enquadraram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução **continua**

continuação 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da S.P.D.M.

Ata da 20ª Reunião do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Data, Horário e Local: Ao 15º dia do mês de abril de dois mil e quinze, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. Paulo Bandeira Paiva, Ramiro Anthero de Azevedo, Maria Inês Dolci, regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Padre Antônio Luiz Marchioni ("Padre Ticão"), Dr. Hercílio Ramos, Dr. José Osmar Medina de Pestana e Sr. Flavio Bitelman. **Convidados:** **Superintendentes:** Prof. Drs. Carlos Alberto Garcia Oliva, Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2014 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestões Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **ORDEM DO DIA: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos

Parecer da Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: A Assembleia Geral dos Associados da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, no exercício de suas funções legais e estatutárias (artigo 19 inciso V), realizada nesta data examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014, Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTTO), Complexo Hospitalar

Parecer do Conselho Fiscal: Ilmo. Sr. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina. Tendo em vista o artigo 46 do Estatuto da SPDM, o Conselho Fiscal reuniu-se nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campi-

Relatório dos Auditores Independentes: A Diretoria. 1) Examinamos as demonstrações contábeis da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho de Guarulhos, que compreende o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2) **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 3) **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de

da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que a aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas,

Dr. Afonso César cabral Guedes Machado - Diretor Técnico

ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2014 Consolidado da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e de suas Instituições Afiliadas Hospital Municipal Vereador José Storópolli (HVM), Hospital Geral do Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florence de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C P Filho de Guarulhos (HGG), Hospital Municipal de Barueri Dr. Francisco Moran (HMBDFM), Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTTO), Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital De Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o Prefeito Edivaldo Orsi de Campinas (CHOV), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de

nas (CHOV), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (HBRIG), o Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO), o Hospital Cantareira (HOJE), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA) do Governo de Santa Catarina, e, o Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVMB) e Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), o Centro de Saúde da Vila Mariana (CSVM), o Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Hospital da Microrregião Vila Maria Vila Guilherme (HMR), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Mansur (AME VMARIA), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy

evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nossa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. 4) **Opinião sobre as demonstrações contábeis:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho de Guarulhos em 31.12.2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5) **Ênfase:** Conforme Nota Explicativa item 1.2 - a qual

ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. 14. **Exercício Social:** Conforme estabelece o Artigo 56 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31.12.2014

Cleber Vieira da Silva - Contador - CRC 1SP 245497/07

AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), o Projeto Rede - Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJ. REDE), Unidade Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0) . Dr. Ronaldo passou a palavra a Dr. Garcia que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2014. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 15 de Abril de 2015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Drª Maria Inês Dolci, Prof. Dr. Paulo Bandeira Paiva, Prof. Dr. Ramiro Anthero de Azevedo.

Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente, o parecer do Conselho Fiscal, colocada em votação, esta Assembleia aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 23 de Abril de 2015. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da S.P.D.M.

Montoro de S. J. Campos (C.R LUCY), o CRATOD - Centro de Referência de Alcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), o UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), CTI - Centro de Tecnologia e Inclusão Social além das unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) como o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU), outras atividades desenvolvidas junto a diversas Prefeituras no Estado de São Paulo, como a do município de São Paulo (PAIS-SP) onde são partes também, o PAIS Território (TERRITÓRIO), a unidade PAIS P.A/P.S (P.A/P.S), PABSF Americana (AMERICANA), o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF) têm contratos junto à Prefeitura do Estado do Rio de Janeiro, onde estão às unidades UPA João XXIII (JOÃO XXIII) -, PABSF A.P. 3.2 (A.P. 3.2), UPA Engenho de Dentro A.P. 3.2 (ENG. DENTRO), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0). Com base nas análises efetuadas, considerando o Relatório dos Auditores Independente e acatando suas observações, este Conselho aprova as demonstrações contábeis apresentadas. São Paulo, 10 de Abril de 2015. Prof. Dr. Artur Beltrame Ribeiro, Prof. Dr. Carlos Edval Buchalla, Prof. Dr. José Cássio do Nascimento Pitta, Prof. Dr. Hélio Kiyoshi Takahashi.

descreve o processo de transição que foi homologado em 19/11/2014 que determina que a SPDM (Associação Paulista de Desenvolvimento da Medicina) assume direitos e obrigações e a gestão do Hospital Geral Prof. Dr. Waldemar Carvalho Pinto Filho de Guarulhos. 6) **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31.12.2014, como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2013, consequentemente, não emitimos opinião sobre elas. Deasta forma, não existem valores para fins comparativos, visto ser o 1º ano de atividade da Entidade. São Paulo - SP, 17.03.2015. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3 - Ricardo Roberto Monello - Contador - CT- CRC.: 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619; Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador - CRC/SP 187.003/O-0 - CNAI - SP - 1620**

Embalagens Flexíveis Diadema S.A.				
C.N.P.J. 04.716.366/0001-12				
Demonstrações Financeiras para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)				
Balanços Patrimoniais em 31/12/2014 e de 2013				
Ativo	2014	2013	2014	2013
Circulante	70.360	71.526	48.006	50.524
Caixa e equivalentes de caixa	8.590	9.503	38.854	41.665
Contas a receber de clientes	41.302	39.040	5.481	5.716
Estoques	14.825	13.539	3.671	3.143
Impostos a recuperar/Outras Contas a receber	5.643	9.444	15.314	19.526
Não Circulante	42.663	47.141	5.793	12.137
Outros créditos de longo prazo	5.310	4.799	6.987	6.128
Imobilizado	37.353	42.342	2.534	1.261
Total do Ativo	113.023	118.667	49.703	48.617
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido				
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2013	63.564	7.600	(22.547)	48.617
Lucro líquido do exercício	-	-	2.583	2.583
Outros resultados abrangentes	-	(1.768)	1.768	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(1.497)	(1.497)
Saldos em 31/12/2014	63.564	5.832	(19.693)	49.703
Demonstrações dos Fluxos de Caixa				
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.393	350	2.583	3.417
Ajustes de receitas (despesas) que não envolvem caixa:				
Depreciação	6.623	6.629	(235)	1.399
Amortização	61	56	(282)	161
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	1.141	100	14.666	13.071
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	(220)	(387)	(2.178)	(2.934)
Provisão (reversão) para estoques obsoletos	(492)	527	(171)	(537)
Juros, encargos e variação cambial	3.931	4.625	(1.140)	(1.264)
(Ganho) perda na venda (baixa) de bens do imobilizado	-	53	11.177	8.336
Variação do valor justo de títulos, valores mobiliários e outros	(120)	627	3.271	(7.404)
Juros sobre o capital próprio	14.317	12.580	110	178
Variações nos ativos e passivos:			(913)	(2.441)
Contas a receber de clientes	(2.945)	(10.103)	(783)	(55)
Estoques	(794)	1.291	1	-
Impostos a recuperar	5.243	4.348	1.686	(9.722)
Outras contas a receber	(1.315)	(96)	15.693	22.127
Despesas antecipadas	(109)	(52)	(108)	(133)
Depósitos judiciais	(199)	(63)	(26.100)	(28.070)
Fornecedores	402	3.044	(10.515)	(6.076)
Obrigações tributárias	583	562	2.348	(7.462)
			2.726	10.188
			5.074	2.726

Demonstrações do Resultado		
	2014	2013
Receita Líquida de Vendas	218.900	196.822
Custo dos produtos vendidos	(183.316)	(163.219)
Lucro Bruto	35.584	33.603
Receitas (Despesas) Operacionais	(28.253)	(27.457)
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	7.349	6.146
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(3.956)	(5.796)
Resultado Financeiro, Líquido	(3.956)	(5.796)
Lucro Antes do IRPJ e da CSSL	3.393	350
IRPJ e CSSL Corrente e Diferido	(810)	3.067
Lucro do Exercício	2.583	3.417
Ações do Capital Social no Fim do Exercício (Em Milhares)		
Lucro do Exercício por Lote de Mil Ações-Em R\$	635,60	635,640
	4,06	5,38
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras		
Contexto Operacional: A Embalagens Flexíveis Diadema S.A. ("Companhia") tem como atividade preponderante para o setor de alimentos a fabricação, a comercialização, a importação e a exportação de embalagens, abrangendo a impressão e o beneficiamento de plástico, alumínio, papel, papelão, celofane, resina e materiais similares, e a fabricação de chapas de fibra ou partículas de madeira. Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado, salvo quando indicado de outra forma. Base de Preparação e Apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de determinados bens e a mensuração de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o pronunciamento técnico CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Capital social: Está representado por 635.639.581 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$0,10 por ação.		
José Antonio Miguel Neto	Fernando Juvenal Trentin	
Diretor	Contador CRC 1SP229981/O-5	